

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho

**Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)**



Atena
Editora
Ano 2020

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho

**Michele Lins Aracaty e Silva
(Organizadora)**

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Natália Sandrini

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D451 Desenvolvimento regional na Amazônia [recurso eletrônico] :
 infraestrutura, capital humano, renda e trabalho / Organizadora
 Michele Lins Aracaty e Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-44-7
 DOI 10.22533/at.ed.447201103

1. Amazônia – Desenvolvimento sustentável. 2. Planejamento regional – Amazônia. I. Silva, Michele Lins Aracaty e. CDD 338.9811

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria e satisfação que apresentamos o terceiro e último livro desta trilogia que reúne trabalhos que tem como objeto de estudo o Desenvolvimento Regional no contexto amazônico. Este e-book completa um projeto de publicação colaborativa entre um grupo de pesquisadores e amigos.

Juntamente com os outros dois e-books anteriormente publicados, que são: *AMAZÔNIA: Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento Regional (2014)* e *AMAZÔNIA: Aspectos Singulares para o Desenvolvimento Regional (2019)*, este livro intitulado: *DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA: Infraestrutura, Capital Humano, Renda e Trabalho*, apresenta como característica principal a composição por artigos científicos construídos por docentes, discentes, pesquisadores e amigos que discutem em seus estudos e pesquisas temas ligados à temática do livro.

Os oito artigos aqui selecionados são resultados de pesquisas, revisões bibliográficas, estudos de caso, projetos de iniciação científica e monografias desenvolvidas pelos autores, ou seja, é a soma do cotidiano da missão de ser docente, discente e trabalhar com pesquisas.

Nosso principal objetivo em produzir esta obra se alicerça na condição de compartilhar nossos conhecimentos e trabalhos de forma que estes possam ser utilizados por outros pesquisadores, alunos, professores e demais interessados nas áreas e assuntos abordados neste livro.

Este e-book assim como os demais trabalhos deste grupo terá o seu acesso livre para pesquisas e leitura de forma a ser um objeto de compartilhamento de informação e conhecimento agregado acerca dos temas aqui abordados.

Nos três primeiros capítulos, temos artigos provenientes de monografias de graduação. No primeiro capítulo, temos um artigo em que o discente tomou como base as potencialidades regionais analisando A Importância dos APL's de Fitoterápicos e Fitocosméticos para o Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas entre os anos de 2010 a 2015 tendo como base as teorias econômicas do desenvolvimento econômico e regional. No segundo capítulo, a discente analisou os investimentos da Agricultura Familiar: uma análise do PRONAF e PAA para o Estado do Amazonas (1999-2017) tendo como base uma pesquisa bibliográfica e documental. Já no terceiro, o discente construiu o seu trabalho com o propósito de analisar o desenvolvimento dos municípios amazonenses, entre 1991 e 2016, à luz das teorias de desenvolvimento regional, a fim de confirmar a aplicação destas na explicação das dinâmicas regionais, no contexto do Amazonas, o artigo tem como título: Dependência e Desenvolvimento: Uma Análise dos Municípios Amazonenses sob a Ótica das Teorias de Desenvolvimento Regional

No quarto capítulo, o grupo responsável pela pesquisa tinha o propósito de

apresentar as normas relacionadas à tratativa e recuperação do meio ambiente, sobretudo àquelas resultantes das atividades econômicas. Assim, discutiu-se que as normas legislativas exercem peso de comando e de controle nos aspectos relacionados às atividades econômicas que impactam o meio ambiente natural. Mostra ainda o volume de ocupações em postos de trabalho formal nestas atividades. Os dados são extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, e cobrem um período de 11 anos (de 2006 a 2017) o artigo tem como título: Ocupações Formais em Atividades de Recuperação do Meio Ambiente: Considerações Legislativas

No capítulo seguinte, intitulado: Ecoturismo e Sustentabilidade: Considerações Acerca da Demanda Internacional para o Turismo de Floresta no Amazonas, os autores propuseram como objetivo verificar o desempenho do ecoturismo no Estado do Amazonas no período de 2004 a 2014. Para dar resposta ao objetivo proposto, utilizou-se dados do Anuário Estatístico de Turismo (Ministério do Turismo), bem como da Síntese dos Indicadores de Turismo do Amazonas (Amazonastur).

Já no sexto capítulo, intitulado: Agenda 21, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e Agenda 2030: Uma Análise Crítica dos Guias de Municipalização apresenta como objetivo fazer uma reflexão acerca das estratégias, acertos, erros e desafios relacionados com a descentralização e a participação social que podem servir de aprendizado para o processo de localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a partir da experiência brasileira no processo de municipalização dessas duas primeiras agendas.

No sétimo capítulo, onde o artigo construído pelos autores e intitulado: Pensamento Complexo e Racionalidade Ambiental: Alternativa à Crise Civilizatória e seus Efeitos Devastadores na Natureza apresentou como objetivo delinear e apresentar as contribuições de Morin e Leff para um mundo mais sustentável, com outros valores em termos de sustentabilidade e meio ambiente, com uma visão voltada à preservação do planeta e a um melhor uso dos recursos naturais disponíveis e com um olhar conservacionista, para que possamos salvar o que ainda nos resta da nossa Terra Pátria

No oitavo e último artigo, intitulado: Logística Reversa e o Meio Ambiente: Estudo de Caso em uma Recicladora Amazonense os autores propuseram analisar a importância da logística reversa para o meio ambiente, procurando esclarecer e descrever a logística reversa em uma empresa atuante no segmento. O objeto da pesquisa foi uma empresa que atua na reciclagem de materiais e que se coaduna aos conceitos da logística reversa localizada no Estado do Amazonas. Ressaltamos que este artigo assim como os três primeiros deste livro também é objeto de trabalho de final de curso de graduação.

Esperamos que os artigos aqui publicados possam contribuir para a seu crescimento acadêmico e profissional dos interessados, ficamos abertos às sugestões

e observações que nos forem destinadas.

Desejamos a todos uma excelente leitura e reflexão acerca dos artigos aqui compartilhados.

Profa. Dra. Michele Lins Aracaty e Silva
Manaus, 2020.

“A mente que se abre a uma nova ideia jamais voltará ao seu tamanho original”

Albert Einstein

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
A IMPORTÂNCIA DOS APLS DE FITOTERÁPICOS E FITOCOSMÉTICOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO DO AMAZONAS	
Michele Lins Aracaty e Silva Erick Alves de Brito Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4472011031	
CAPÍTULO 2	28
A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PRONAF E PAA PARA O ESTADO DO AMAZONAS NO PERÍODO DE 1999-2017	
Michele Lins Aracaty e Silva Isabela Sousa de Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.4472011032	
CAPÍTULO 3	44
DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS AMAZONENSES SOB A ÓTICA DAS TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Michele Lins Aracaty e Silva Marcelo Peres Canuto	
DOI 10.22533/at.ed.4472011033	
CAPÍTULO 4	67
OCUPAÇÕES FORMAIS EM ATIVIDADES DE RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE: CONSIDERAÇÕES LEGISLATIVAS	
Jaqueline Montenegro da Cruz Rúbia Silene Alegre Ferreira Eliza Affonso Lasmar Ethel Barros Cunha Maruccia M ^a do Perpétuo Socorro O. Robustelli	
DOI 10.22533/at.ed.4472011034	
CAPÍTULO 5	78
ECOTURISMO E SUSTENTABILIDADE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DEMANDA INTERNACIONAL PARA O TURISMO DE FLORESTA NO AMAZONAS	
Rúbia Silene Alegre Ferreira Marklea da Cunha Ferst Antonio Geraldo Harb Luiz Cláudio Pires Costa	
DOI 10.22533/at.ed.4472011035	
CAPÍTULO 6	93
AGENDA 21, OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO E AGENDA 2030: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS GUIAS DE MUNICIPALIZAÇÃO	
Rafael Moraes Reis Wanessa da Costa Nascimento Waleska da Costa Nascimento Luis Carlos da Silva Braga Michele Lins Aracaty e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.4472011036	

CAPÍTULO 7 109

PENSAMENTO COMPLEXO E RACIONALIDADE AMBIENTAL: ALTERNATIVA À CRISE CIVILIZATÓRIA E SEUS EFEITOS DEVASTADORES NA NATUREZA

Idelcleide Rodrigues Lima Cordeiro

Wanessa da Costa Nascimento

Vânia Galvão Costa

Rafael Moraes Reis

Carlos Geraldo de Britto Feitoza

DOI 10.22533/at.ed.4472011037

CAPÍTULO 8 122

LOGÍSTICA REVERSA E O MEIO AMBIENTE: ESTUDO DE CASO EM UMA RECICLADORA AMAZONENSE

Manoel Carlos de Oliveira Junior

Sandro Breval Santiago

Alline de Sena Gomes

DOI 10.22533/at.ed.4472011038

SOBRE A ORGANIZADORA..... 134

SOBRE OS AUTORES 135

A AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PRONAF E PAA PARA O ESTADO DO AMAZONAS NO PERÍODO DE 1999-2017

Data de aceite: 13/02/2020

**Michele Lins Aracaty e Silva
Isabela Sousa de Andrade**

RESUMO: Na contramão do sucesso do agronegócio, no Brasil também se destaca a produção agrícola em baixa escala com mão de obra familiar que proporciona desenvolvimento econômico e regional, garante o homem no campo, e apresenta baixo impacto ao meio ambiente. O presente estudo tem por objetivo analisar os investimentos provenientes do PRONAF e PAA de 1999-2017 no Estado do Amazonas. A metodologia consiste no método observacional, natureza descritiva de caráter bibliográfico e documental, de abordagem qualitativa e quantitativa com o uso dos dados do Anuário Estatístico do Crédito Rural e do Sumário Executivo – PAA. Concluiu-se que os investimentos provenientes dos programas são primordiais para o desenvolvimento econômico regional e contribuem primordialmente para a vida do produtor familiar amazonense, constatamos ainda a redução no volume de recursos nos últimos anos bem como a necessidade de reformulação para ampliar o atendimento a um número maior de famílias que vivem da terra.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar. PRONAF. PAA.

INTRODUÇÃO

A agricultura sempre foi um importante fator para o desenvolvimento do homem na terra, na economia primitiva alimentava-se apenas do que colhia, caçava e pescava. Com o tempo aprendeu a cultivar e a produzir para seu sustento, com isso ele pôde fixar-se na terra e se apropriar da mesma, logo em seguida, veio a divisão social do trabalho e a divisão da sociedade em classes, os interesses difusos, e o poder político do Estado. Criando a base das primeiras civilizações agrícolas.

Em um contexto histórico de evolução do setor rural, a agricultura começou a se modernizar a partir da década de 1950, todavia, se intensificou apenas nas regiões sul e sudeste em 1960. Dos anos 50 e 60, a questão central não era facilitar o acesso à terra aos camponeses, mas quebrar o monopólio da terra por parte de um número restrito de latifundiários, cujo controle e pressão sobre a população rural limitava o crescimento da produção agrícola, impedia a expansão do mercado interno e cerceava o desenvolvimento industrial. Dado nossa formação histórica pautada no latifúndio e na monocultura, a agricultura familiar no Brasil enfrenta muitos desafios.

Nesse sentido, o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado do Amazonas esbarra em muitas dificuldades, como

infraestrutura, acesso ao crédito, educação no campo, assistência social, que é quase inexistente, à tecnologia, disparidade produtiva inter-regional, assistência técnica, extensão rural, e acesso à comercialização, que ainda é um grande entrave no Estado. De acordo com os pontos elencados acima, o poder público tem estudado implementar políticas públicas que atendam as especificidades deste setor.

A problemática do estudo surgiu a partir da indagação de qual seria a real contribuição das políticas públicas para esta categoria social, no que diz respeito a geração de emprego e renda, como também sua importância para o desenvolvimento regional? Desse modo, este trabalho objetivou analisar os investimentos provenientes de dois programas voltados para a agricultura familiar: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PRONAF surge com o intuito de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar e inseri-lo no mercado, possibilitando o acesso a modernização do meio produtivo, como também, garantir a permanência do agricultor no campo, garantindo o acesso ao crédito para investimentos na produção. Enquanto o PAA visa incentivar a produção da agricultura familiar por meio de operações de compra a preços que atendam às peculiaridades do mercado regional, fazendo também um resgate e valorização da cultura tradicional, com a participação das famílias agricultoras no processo de desenvolvimento social do país. Para a análise dos mesmos apresentam-se como objetivos específicos: a) descrever a evolução dos investimentos desses programas no Amazonas; b) apresentar o quantitativo de famílias atendidas pelo PAA; c) Identificar as principais culturas beneficiadas pelo PRONAF.

O estudo se justifica em detrimento dos baixos índices de investimentos para o Estado do Amazonas em comparação com as demais regiões do país, sendo necessário uma discussão acerca dos resultados das políticas implementadas nas últimas décadas, a fim de apontar sua real eficácia em promover o desenvolvimento da agricultura familiar local, pois no Amazonas os agricultores carecem de apoio financeiro, tecnológico e social, sendo assim os órgãos públicos devem fazer sua parte; por meio de um maior diálogo e pesquisas acadêmicas será possível uma maior visibilidade para as demandas deste setor.

Por fim, este trabalho está estruturado, além desta introdução, por 4 capítulos. O primeiro enfatiza a fundamentação teórica, onde foram reunidos alguns temas importantes para a esquematização e melhor compreensão do estudo. O segundo, a metodologia. O terceiro trata da análise dos resultados. O quarto, enfim, refere-se à conclusão do estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

AGRICULTURA BRASILEIRA

A agricultura se faz presente desde os primórdios da civilização, os impérios maias, incas e astecas deixaram vestígios de uma agricultura capaz de gerar não apenas a subsistência, como também, um considerável excedente. Homma (2003, p.16) reforça: “Foram essas civilizações que legaram dezenas de plantas que se tornaram universais, como o tomate, a batata inglesa, o milho, o cacau, o fumo, o algodão, bem como a domesticação de animais, como a lhama e a alpaca”, alguns destes produtos bastante valorizados na mesa da família brasileira. A primeira grande atividade agrícola do Brasil se inicia em toda a faixa litorânea, ainda no período colonial com o ciclo de produção da cana-de-açúcar, conforme Prado elenca:

Já se conhecia o bastante do Brasil para esperar que nele a cana-de-açúcar dar-se-ia bem. O clima quente e úmido da costa ser-lhe-ia altamente favorável; e quanto à mão-de-obra, contou-se a princípio com os indígenas que, eram relativamente numerosos e pacíficos no litoral. Estas perspectivas seriam amplamente confirmadas; o único fator ainda ignorado antes da tentativa, a qualidade do solo, revelar-se-ia surpreendentemente propício, em alguns pontos pelo menos da extensa costa. Foi o caso, particularmente do Extremo-Nordeste, na planície litorânea hoje ocupada pelo Estado de Pernambuco; e do contorno da baía de Todos os Santos (o Recôncavo baiano, como seria chamado). Não seriam aliás os únicos: de uma forma geral, toda a costa brasileira presta-se ao cultivo da cana-de-açúcar. (PRADO, 2012, p. 19).

AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA

Na Amazônia, a agricultura já era praticada antes mesmo da chegada dos europeus, havia muitas tribos indígenas que viviam do que colhiam e caçavam da natureza como também aprenderam a cultivar alimentos principalmente nas regiões de várzea. As atividades agrícolas antes da chegada de Cristóvão de Colombo em 1492 e de Pedro Álvares Cabral em 1500, já apresentavam um grande avanço nas práticas organizacionais e no conhecimento dos recursos naturais. Altafin (2007) aponta que “foram os índios os primeiros fornecedores de alimentos para o colonizador português, nos anos iniciais da colonização”. Os portugueses começam adentrar o vale amazônico a partir do século XVII.

A base econômica da colonização seria a princípio como das demais regiões do país, a lavoura da cana-de-açúcar. Porém, as condições naturais eram desfavoráveis a empreitada, sendo assim, a conquista da Amazônia seria concebida por meio de outros fatores. E foi exatamente o que aconteceu:

[...] encontraram os colonos na sua floresta um grande número de gêneros naturais aproveitáveis e utilizáveis no comércio: o cravo, a canela, a castanha, a salsaparrilha e sobretudo o cacau. Sem contar as madeiras e produtos abundantes

do reino animal: peixes, caça a tartaruga. Na extração destes produtos encontrará a colonização amazônica sua base econômica. (PRADO, 2012, p. 49).

Nesse período, a mão-de-obra indígena foi primordial, pois estes eram os únicos que possuíam todo o conhecimento acerca da floresta, dos rios e das técnicas de extração das drogas do sertão. “O legado da agricultura indígena na Amazônia compreendia, portanto, o conhecimento da cultura da mandioca, o aproveitamento de centenas de frutas nativas, plantas medicinais, técnicas de caça e pesca, corantes oleaginosos, aromáticos, tóxicos etc.” (HOMMA, 2003, p. 17). Os colonizadores absorveram tais técnicas com os indígenas, e vários destes produtos são atualmente cobiçados pelas indústrias farmacêuticas, de cosméticos, de inseticidas, entre outros.

As descobertas das riquezas da biodiversidade amazônica atraíram muitos exploradores e modificaram o panorama econômico e social da região. E dado o contexto de ocupação da região Amazônica, é possível entender os principais motivos do atraso econômico da mesma em comparação com as demais. Em se tratando da agricultura familiar não é diferente, ela varia de acordo com a região, de país para país. Pode ser entendida como uma evolução do campesinato.

O conceito de agricultura familiar é relativamente recente, pelo menos no Brasil, tem talvez uns dez anos. Antes disso, falava-se em pequena produção, pequeno agricultor e, um pouco antes, ainda se utilizava o termo camponês. O termo agricultura familiar surge como categoria social, propriamente definida, somente em meados de 1990.

Agricultura familiar, como expressão da agenda nacional, adentrou o cenário político apenas na primeira metade dos anos 1990. Até então, este agrupamento de estabelecimentos de menor escala vinha sendo designado sob diferentes expressões, como minifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência ou, como era corriqueiro na década de 1970, agricultores de baixa renda (NAVARRO, 2010, p.192).

E somente com a Lei da Agricultura Familiar, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006¹, o termo é institucionalizado no Brasil. “Surge com o avanço das relações capitalistas em substituição ao campesinato, cuja convivência no ambiente de mercado faz com que a agricultura familiar se dispa dos traços ancestrais camponeses” (DEPONTI, 2007 apud MENEGHETTI, 2015, p. 39). Tendo o trabalho, terra e família como suas características primordiais.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

O PRONAF foi criado em 1995 pelo governo federal com o objetivo de prestar um atendimento diferenciado aos pequenos agricultores, o programa veio como resposta às demandas dos trabalhadores rurais (MDA, 2015).

1. Lei que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Surge com o intuito de fortalecer as atividades desenvolvidas pelo agricultor familiar e inseri-lo no mercado, possibilitando o acesso à modernização do meio produtivo, como também, garantir a permanência do agricultor no campo. “A ideia central era disponibilizar recursos para financiar a produção, equipamento e inclusive a infraestrutura produtiva nas propriedades destes agricultores familiares, o que acabaria por agregar valor a estas propriedades”. (FERNANDES, 2013, p.13).

Mattei salienta que em 1996:

O governo aumentou a disponibilidade de recursos voltados ao crédito rural, o que aumentou a procura por parte do trabalhador rural, aumentando o volume de contratos. Como medida para incentivar a tomada de crédito rural, o CMN (Conselho Monetário Nacional) teve de intervir – sob pressão dos trabalhadores rurais que exigiam melhores condições para financiar, adotando uma série de medidas como forma de incentivo, sendo a principal delas a diminuição dos encargos financeiros que incidiam sobre o crédito de custeio, que caíram 4% de 1995 para 1996 (MATTEI, 2005 apud FERNANDES, 2013, p.32).

São beneficiários do PRONAF os agricultores familiares que comprovem Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativa em um dos seguintes grupos: beneficiários do Programa nacional de reforma agrária (PNRA), Programa nacional de crédito fundiário (PNCF), empreendimentos familiares rurais ou pessoas jurídicas; organizações destes públicos: cooperativas e associações.

PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA)

Com o intuito de inserir os agricultores familiares no mercado, várias políticas públicas já foram implantadas, mas nenhuma até então, que permitisse ao agricultor armazenar seus produtos para serem comercializados no momento mais oportuno, e também que contribuísse para formação de estoques estratégicos e que o incluísse no processo da comercialização.

Desta forma, o governo brasileiro através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), em parceria com outros ministérios, implementaram o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), com o objetivo de proporcionar inclusão social e econômica, como também de resgate e valorização da cultura tradicional, com a participação das famílias agricultoras no processo de desenvolvimento social do país.

O programa favorece a compra direta de produtos dos agricultores familiares ou de suas organizações, promovendo assim agregação de valor à produção, visto que, dessa forma o agricultor não precisa entregar seu produto a intermediários, ainda faz com que o mesmo participe dos processos de comercialização.

É desenvolvido em cinco modalidades diferentes: Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite e Compra Institucional. O mesmo é executado com recursos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS),

em parceria com estados, municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no decorrer da pesquisa consiste na utilização do método observacional. Utiliza-se da pesquisa de natureza descritiva de caráter bibliográfico e documental, tendo em vista materiais já publicados sobre o tema, apresentamos também uma abordagem qualitativa e quantitativa, em que na pré-análise foi feito o levantamento das bibliografias e leitura do material para um melhor aprendizado do assunto, em seguida os dados quantitativos foram extraídos e compilados a fim de verificar a evolução dos programas supracitados.

Como fonte principal de dados será utilizado o Anuário Estatístico do crédito rural, disponibilizado pelo Banco Central do Brasil que irá permitir uma análise da evolução dos investimentos do PRONAF, e das principais culturas beneficiadas, ressaltando que os dados referentes a pecuária não serão considerados neste estudo. E por fim, dados provenientes do Sumário Executivo – PAA realizado pela CONAB que abrangerá a evolução do programa no Amazonas, bem como o quantitativo de famílias atendidas pelo programa.

Estes dados foram tabulados em planilhas, as informações interligadas para obter a soma total dos anos de 1999-2017 para o PRONAF, e de 2003-2017 em relação ao PAA, e a partir disto os dados tiveram de ser analisados por meio de tabelas, e interpretados em gráficos gerados pelo Microsoft Excel.

ANÁLISE DE DADOS

O sistema agrícola brasileiro é resultado de um modelo de produção adotado ainda no período colonial, pautado nos grandes latifúndios e na monocultura, deste modo, criou-se a base para um sistema injusto, gerador e mantenedor da concentração de renda e poder. Tendo em vista que os pequenos produtores eram direcionados somente para a agricultura de subsistência e ao consumo interno, faz-se necessário um novo olhar a esta categoria também denominada, agricultores familiares.

A participação desta categoria na economia brasileira tem se mostrado cada vez mais expressiva, como importante gerador de emprego e renda que contribui para o desenvolvimento regional, além de ser uma das formas de garantir a permanência do homem no campo e assim diminuir também o êxodo rural bem como o inchaço nas áreas urbanas.

Verifica-se que há muito a ser feito e pensado para a região, tendo em vista que os programas estudados não alcançavam à demanda de seu público. Agora nos

últimos anos com a ampliação dos mesmos às demais regiões os recursos tenderam a diminuir, o que aponta para um olhar mais sério ao setor agrícola amazonense bem como incentivar a elaboração de mais estudos voltados especificamente para o Estado. Deste modo, tentar estruturar melhor os programas analisados a fim de corresponder às especificidades do agricultor familiar amazonense, pois ainda que eles promovam emprego, renda e ajudem a fomentar o desenvolvimento regional, tais políticas precisam ser aprimoradas na região.

A Tabela 1 e o Gráfico 1, retratam a distribuição dos contratos do PRONAF voltados ao custeio e investimento agrícola de 1999-2017 para o estado do Amazonas. Do ponto de vista do volume total de recursos se observa que nos 4 primeiros anos analisados, o financiamento para investimento foi pouco utilizado e praticamente irrelevante no período de 2000-2002, e os contratos de custeio apresentaram uma variação negativa, de -77,83% em 2002 em relação ao ano anterior.

Ano	Custeio	Variação (%)	Investimento	Δ (%) Ocorrida
1999	156.898,69	-	8.600,00	-
2000	165.297,20	5,35	0,00	-100,00
2001	280.312,45	69,58	0,00	0,00
2002	62.148,73	-77,83	0,00	0,00
2003	36.526,95	-41,23	23.000,00	0,00
2004	152.102,80	316,41	927.000,00	3930,43
2005	809.613,53	432,28	2.289.891,09	147,02
2006	477.592,66	-41,01	5.539.286,68	141,90
2007	1.036.554,89	117,04	16.132.011,27	191,23
2008	1.616.280,83	55,93	8.448.460,02	-47,63
2009	8.558.971,40	429,55	23.755.146,92	181,18
2010	9.667.034,45	12,95	29.234.381,68	23,07
2011	14.577.747,86	50,80	17.047.788,63	-41,69
2012	20.429.866,99	40,14	22.624.009,21	32,71
2013 ²	28.554.494,66	39,77	43.049.279,37	90,28
2014	17.718.754,56	-37,95	23.320.513,76	-45,83
2015	2.380.000,64	-86,57	7.722.854,33	-66,88
2016	1.064.384,76	-55,28	3.199.276,41	-58,57
2017	2.222.303,64	108,79	3.500.493,60	9,42
Total	109.966.887,69		206.821.992,97	

Tabela 1 - Valor Total dos Contratos de Custeio e Investimento Agrícola do PRONAF

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados disponibilizados pelo Anuário Estatístico de Crédito Rural

Este resultado pode ser explicado pela dificuldade de universalização do crédito aos agricultores familiares nos primeiros anos de implantação do programa, cujo acesso tendeu a se concentrar nos estados do Sul, especialmente entre os agricultores com vínculos contratuais de fornecimento com agroindústrias, mais

2. Dados de 2013-2017 foram coletados da matriz de dados do crédito rural, Banco Central.

aptos a oferecer as garantias exigidas pelo sistema bancário (MATTEI, 2005, p.20 apud DELGADO, 2017, p. 73).

Ante as dificuldades enfrentadas, o governo adotou uma diversificação dos beneficiários distinguindo os seguintes grupos: Grupo A: constituído dos agricultores assentados da reforma agrária; Grupo B: agricultores com baixa produção e pouco potencial de aumento, no qual também estão incluídos indígenas e quilombolas. Os demais grupos, C, D e E correspondem aos produtores que dispõem de melhores níveis de renda bruta familiar ou com potencial para atingir esses índices. Este esforço no sentido de ampliar o acesso dos agricultores considerados de baixa renda e marginalizados do processo, refletiu no aumento progressivo dos contratos de investimento a partir de 2003 a 2007.

Em relação ao crédito para investimento, segundo Nunes (2007): foi uma das primeiras demandas das organizações sociais do campo, pois se pressupunha que os agricultores não possuíam infraestrutura produtiva adequada. Também possui um nível de subsídio maior do que o de custeio, principalmente em alguns grupos do programa. O que explica o montante de crédito para investimento dispor de maiores recursos que as operações de custeio, os contratos para investimento saíram de R\$ 8,6 mil em 1999 para R\$ 16,13 milhões em 2017.

Mesmo com algumas oscilações e apresentando uma queda progressiva nos últimos 3 anos analisados, o maior montante de recursos ainda continua por maiores contratos de investimento representando no total do período estudado um montante de R\$ 206,82 milhões, enquanto os contratos de custeio dispuseram de R\$ 109,96 milhões. Ante o exposto, pode-se apontar que os produtores rurais optam por buscar crédito para financiar os sistemas de produção, ou seja, investimentos de médio a longo prazo, mais do que para financiar atividades rotineiras da safra agrícola propriamente dita.

O Gráfico 1 confirma esta discussão, tendo os montantes de investimento da produção maiores que os de custeio agrícola. Se observa ainda, que há uma diminuição do valor dos contratos desde 2013-2017 nas duas finalidades estudadas.

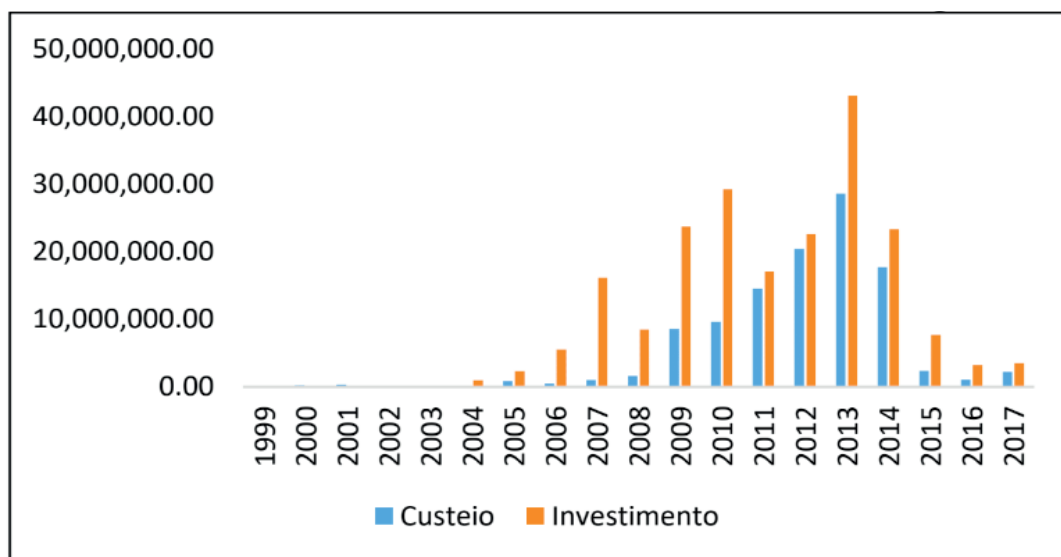


Gráfico 1 - Valor Total dos Contratos de Custeio e Investimento Agrícola do PRONAF

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo BACEN.

Com o Gráfico 2 é possível notar a que se destinam os recursos concedidos em cada ano, com destaque para o ano de 2013 representando no total dos montantes aplicados o valor de R\$ 71,60 milhões. Nos contratos de investimento, destaca-se o volume total aplicado na formação de culturas perenes com R\$ 114,826 milhões, um tipo de produção voltado a culturas que possuem alta longevidade, como o açaí, castanha-do-brasil dentre outros.

Máquinas e equipamentos possuem uma elevação de seus números no decorrer dos anos, apresentando no total de R\$ 36,84 milhões no período analisado. Dentre os contratos de custeio, os maiores financiamentos estão concentrados nas outras lavouras que incluem o coentro, alface, pimentão, limão, cará, dentre outras hortaliças e produtos, em seguida estão as culturas do abacaxi e mandioca. Abacaxi obteve um crescimento significativo a partir de 2013 saindo de R\$ 12,51 milhões nesse ano para R\$ 543,89 milhões em 2017, sendo 11% do montante total investido nos contratos de custeio

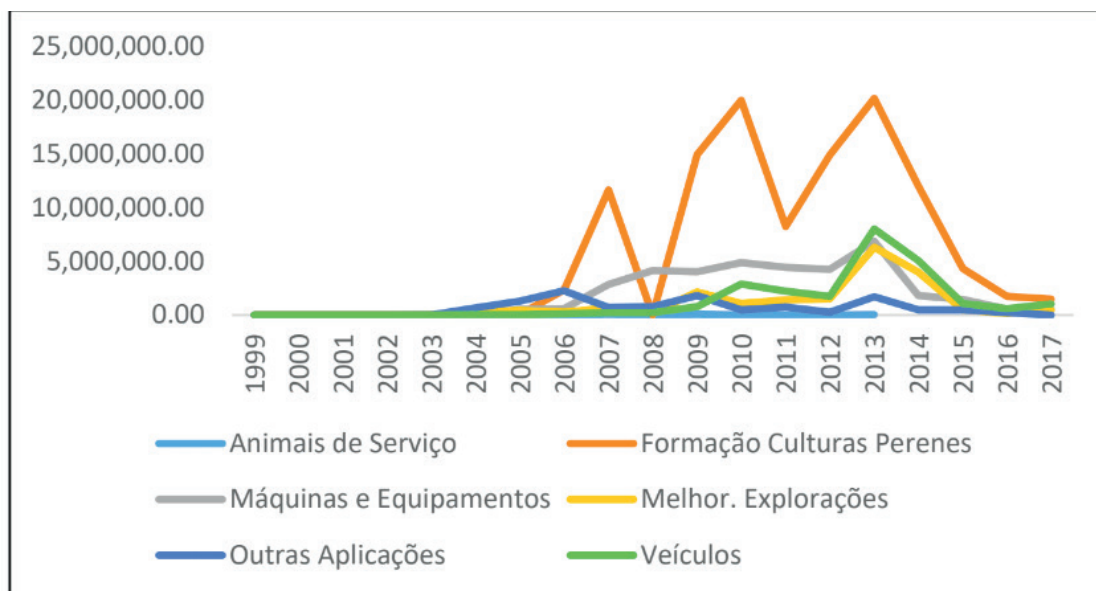


Gráfico 2 - Principais Contratos de Investimento Agrícola do PRONAF (1999-2017)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo BACEN.

Diante do exposto, destaca-se a evolução expressiva dos recursos do PRONAF no Amazonas, cuja política de crédito se consolidou em todo o território. Contudo, tais recursos vêm diminuindo desde 2013, além de apresentar diversos gargalos a serem superados, indicando que o programa não está sendo articulado de forma a atender o aumento da demanda dos agricultores na região, sendo essencial que as operações de crédito do programa cheguem de fato a quem se destina.

A situação do PAA não fica muito distante da realidade do PRONAF, em se tratando da evolução do mesmo no Estado. Com relação ao Brasil, o PAA esteve presente em todas as regiões por meio de seus três executores: a CONAB, os estados e municípios. Dentre estes, a CONAB foi a que realizou o maior montante de aquisição, operacionalizando principalmente três modalidades: Compra Direta, Formação de Estoque e Doação Simultânea, fato que explica ser em números a maior executora do programa.

A tabela a seguir apresenta um apanhado geral da distribuição dos recursos provenientes da SEAD e MDS executados pela CONAB em todas as regiões do país desde sua implantação até 2017, onde verificou-se que o maior montante de recursos foi contemplado pelas regiões nordeste e sul com 30,3% e 30,6% respectivamente, sendo as regiões centro-oeste e norte ficando com o menor montante 6,8% e 8,8%.

Ano	Centro- Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.718
2017	8.858.337	48.870.701	20.628.993	19.644.592	26.705.879	124.708.502
Total	270.610.1811	1.210.177.5488	361.251.1430	915.285.9688	1.199.769.1822	3.957.094.0222

Tabela 2 - Evolução dos recursos provenientes da SEAD/MDS ao PAA de 2003-2017 (R\$)

Fonte: CONAB (2018).

Percebe-se que o ano de 2017 apresentou o menor montante de recursos comparado aos 11 anos anteriores, sendo marcado pelo menor repasse financeiro dentro de uma década, que resulta em parte pelas políticas contracionistas efetuadas no país. Todavia, vale salientar que em 2017 as regiões nordeste e norte somaram 56% na execução dos recursos, pois foram elencadas como prioritárias para recebimento dos recursos em consonância com as deliberações do Grupo Gestor do PAA (GGPAA).

O Gráfico a seguir trata a respeito da evolução dos recursos do PAA nos 15 anos de programa, estando concentrados os maiores recursos nas regiões: nordeste, sul e sudeste, sendo possível verificar também a oscilação dos recursos no decorrer dos anos que não apresenta um movimento de constante crescimento.

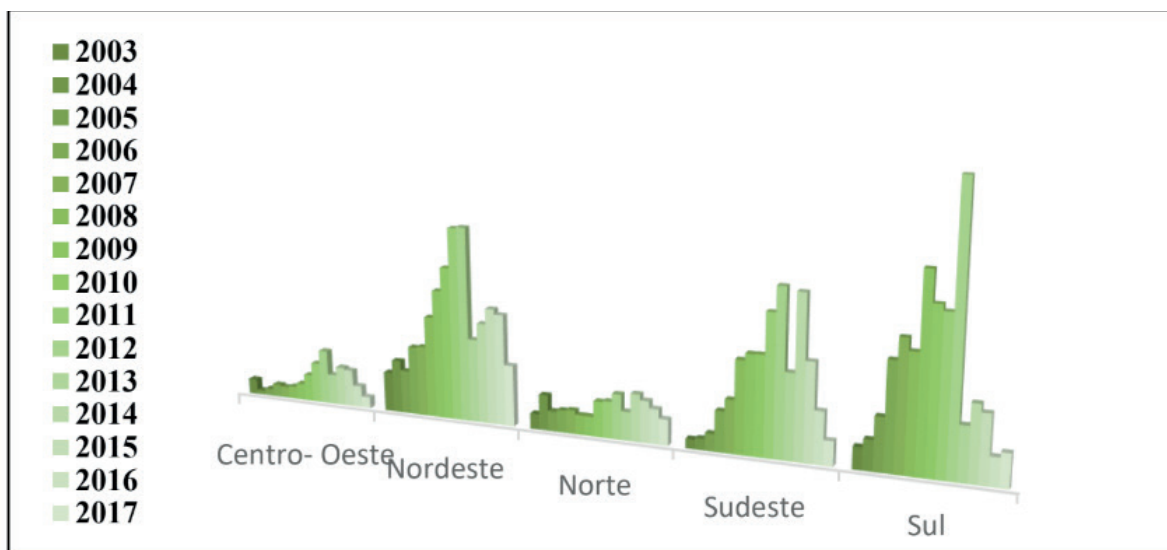


Gráfico 3 - Evolução dos Recursos do PAA por Região

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pela CONAB (2017).

No período entre 2003-2012, os dados mostram uma evolução expressiva de recursos financeiros saindo de R\$ 81,54 milhões em 2003 para R\$ 586,5 milhões em 2012, apresentando uma variação de 30,05% neste último ano em relação ao anterior. Nota-se que o programa vem apresentando uma diminuição gradativa dos montantes a partir de 2013, cujo baixo desempenho de acordo com a CONAB pode ser atribuído a vários fatores como a seca ocorrida no nordeste, envolvimento das Superintendências Regionais (deslocamento de funcionários que trabalham com o PAA) no programa Venda em Balcão, redução da demanda de Compra Direta, cancelamento da Formação de Estoque com liquidação física, remodelação dos normativos e outros fatores que somados culminaram neste desfecho.

Por meio de convênios, a CONAB realiza um amplo conjunto de tarefas relacionadas à aquisição, estocagem e posterior distribuição dos produtos provenientes da agricultura familiar, cujas aquisições podem ser feitas através de seis diferentes modalidades, como por exemplo: Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF), que permite a antecipação de recursos para o plantio; Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF), Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), que possibilita a comercialização de alimentos a preço de referência; Compra com Doação Simultânea-CDS, CPR-Estoque e Sementes, como o PAA-Leite não contempla o estado do Amazonas, esta modalidade foi desconsiderada do estudo.

Foi verificado que os recursos se concentram nas modalidades CDS, seguida da CPR-Estoque e CDAF. Com destaque para a CDS, que recebeu no período estudado um montante total de R\$ 61,49 milhões, correspondente a 18,05% do total de recursos disponibilizados para a região. Cujo êxito da modalidade se deve ao desenho instrumental da mesma, que possibilita a comercialização de produtos característicos da agricultura familiar, como hortaliças, frutas, doces, biscoitos

caseiros, dentre outros.

Notou-se que no período compreendido de 2003-2017 ocorreu oscilação dos recursos aplicados nas modalidades do programa, com períodos de elevação e outros de constante diminuição como o observado nos 3 últimos anos.

Ao observar o gráfico 4, percebe-se que no ano de 2003 o Amazonas beneficiou apenas 103 famílias vinculadas ao programa na modalidade CDAF, fato que entrou em consonância com o baixo índice de recursos aplicados nesse ano de apenas R\$ 90,21 mil, mas a partir deste momento foi verificado um aumento do quantitativo de famílias atendidas no decorrer dos anos de 2003-2007. De acordo com Valnier (2013): tal elevação no número de agricultores participantes no período em questão, se deve também a maior participação da SEAD, que passou a contar com orçamento específico para o PAA desde 2006.

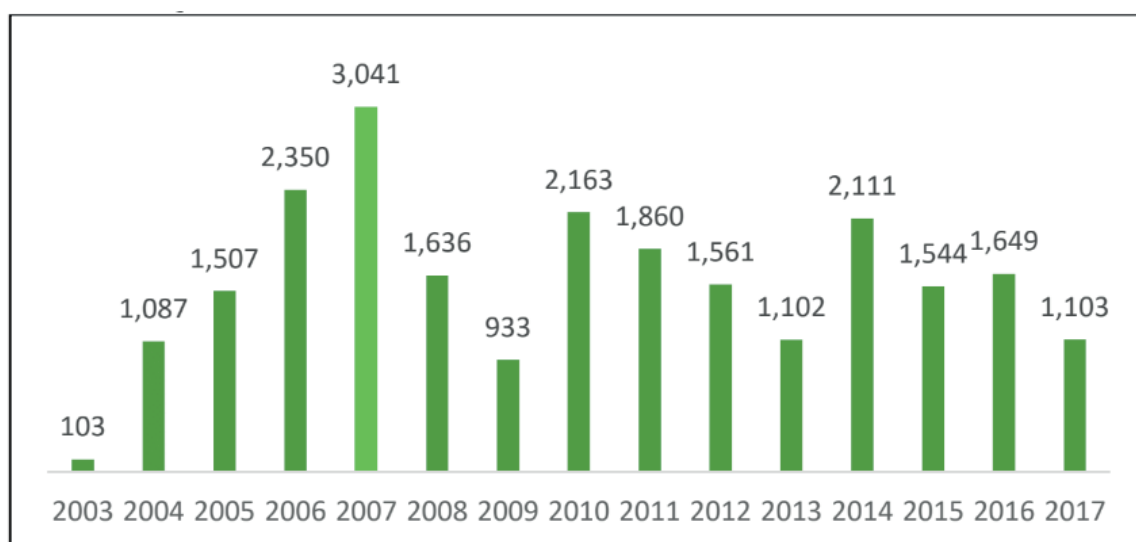


Gráfico 4 - Quantitativo de Famílias Atendidas no Amazonas de 2003-2017

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pela CONAB.

Em 2007, o Estado apresentou um crescimento substancial, passando a assistir 3041 famílias, e os anos de 2006 e 2007 foram os que apresentaram o maior número de famílias beneficiadas. Com o estudo, pode-se sugerir que houve um aumento considerável no Programa PAA com a participação dos agricultores familiares, no entanto, algumas oscilações em determinados anos do período estudado foram percebidas, o que indica a necessidade de se pensar em uma melhor estruturação de modo a atender as demandas existentes do setor agrícola familiar amazonense.

Com auxílio do gráfico 5, é possível identificar as principais culturas beneficiadas pelo programa, estando com a maior fatia dos recursos as culturas consideradas: outras lavouras com 46% do total aplicado, que incluem o pimentão; café; coentro; alface; limão; cebolinha verde; escarola; cará e outros produtos, conforme especificações do Bacen.

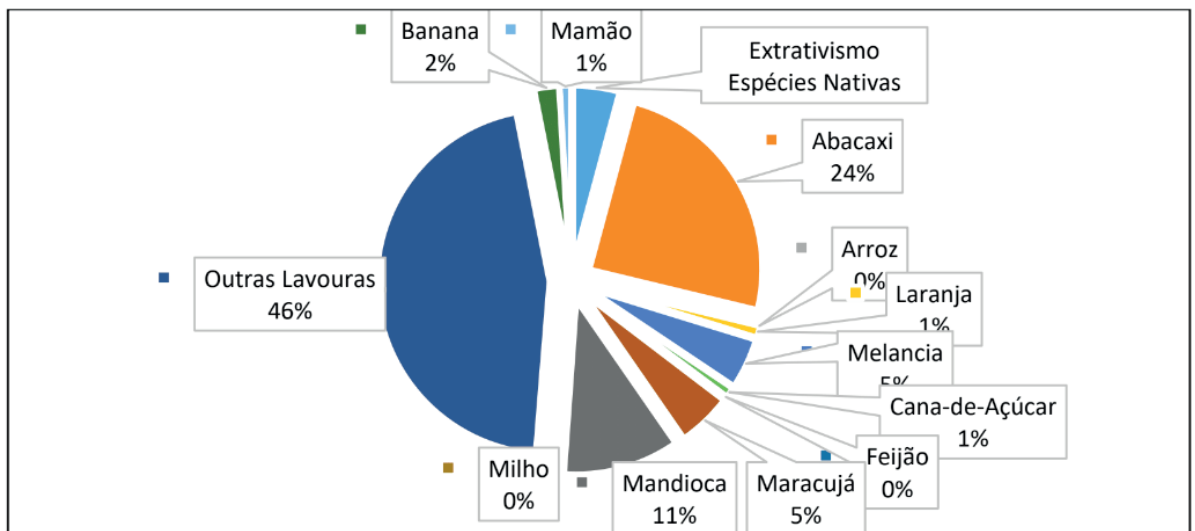


Gráfico 5 - Principais Culturas Beneficiadas pelo Financiamento dos Contratos de Custeio

Fonte: Elaboração própria a partir de dados disponibilizados pelo BACEN.

A produção de abacaxi destaca-se representando 24% do montante aplicado, que se destina ao mercado interno de frutas frescas, cuja relevância para o mercado interno do Estado pode explicar o crescimento no montante de recursos destinados ao custeio agrícola, além disso, sua cultura é uma grande absorvedora de mão-de-obra, contribuindo para a geração de empregos na região, contudo “seu cultivo requer melhor aperfeiçoamento dos sistemas produtivos praticados pelos produtores, com uso de tecnologias que promovam a melhoria da produção para assim, conseguir angariar novos mercados” (EMBRAPA, 2004).

Os financiamentos para o custeio da mandioca, apresentaram um bom desempenho no período analisado, principalmente de 2006 em diante onde os valores de seus contratos somaram R\$ 51,39 mil, indo para R\$ 3,48 milhões em 2013 cujo ano foi o de maior volume dos recursos. Ainda que tenha demonstrado algumas oscilações, é possível notar que no estado do Amazonas, é uma das culturas mais exploradas, o consumo dos derivados da mandioca como farinha, goma e os subprodutos da goma.

Segundo o IDAM, por ser uma das culturas mais exploradas no Estado, a mandioca demanda maior procura na elaboração de projetos de crédito rural, capacitação em boas práticas de cultivo e melhoria da qualidade da farinha e outros produtos derivados, além do apoio à comercialização que tem proporcionado aos agricultores aumento da renda familiar. O que remete novamente ao desafio de integrar as diversas políticas públicas de crédito rural com as de fomento à comercialização, de modo a facilitar o cultivo e o posterior escoamento da produção, bem como, adequar os programas à realidade do Estado, cuja falta de estrutura e logística ainda são grandes lacunas a serem superadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar se consolidou como importante instrumento de geração de emprego e renda, como também de auxílio a manutenção do homem no campo, conquistando maior visibilidade nos últimos anos, principalmente a partir de 1995, com a criação do PRONAF voltado exclusivamente ao agricultor familiar que passa a ter maior atenção do poder público; este programa de concessão de crédito foi fruto de diversas pressões sociais em prol de medidas específicas para resolver os diversos problemas enfrentados pelos agricultores familiares. Em 2003 houve a instituição do PAA programa que facilita a comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar, além de dar apoio à formação de estoques para vendas posteriores.

No decorrer do trabalho, percebeu-se que os programas analisados tiveram um crescimento no número de beneficiários, bem como atenderam muitas famílias desde sua implantação, ajudaram a promover emprego e renda, visto que com o financiamento da produção por meio do PRONAF, o mesmo consegue aumentar sua produtividade, e angariar um melhor valor de troca vendendo seus produtos através do PAA, o que diminui bastante os riscos de perda da produção.

Com o estudo ficou evidente que apesar dos benefícios apontados aos agricultores, os programas precisam ser melhorados para o Estado a fim de atender às especificidades da região. Além disso, o montante de recursos destes programas precisa ser repassado de maneira mais equitativa entre as regiões, foi notável que o Amazonas necessita de maiores investimentos neste setor, pois é um lugar rico e com capacidade para abastecer o mercado interno por produtos vindos da agricultura familiar, e futuramente pode exportar aos demais lugares.

Diante do exposto, às limitações dessa pesquisa sugere-se que o PRONAF precisa garantir uma maior divulgação ao público-alvo, de modo que atenda também os que se encontram mais distantes da capital. Quanto ao PAA, propõe-se que seja difundido em todos os municípios do Estado, assim também haja maior aumento do montante de recursos repassados à região, por fim, seria interessante integrar as políticas públicas de crédito rural do PRONAF com as de fomento à comercialização por meio do PAA.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**, Brasília, 2007. Disponível em: <<<http://mstemdados.org/>>>. Acesso em: 07 de junho, 2018.

BRASIL. Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Secretaria Especial de Agricultura

Familiar e do Desenvolvimento Agrário. 2017, p. 243-312.

FERNANDES, Alana Miguel Serafini. **O PRONAF na agricultura familiar: Sua criação, distribuição e principais resultados**. Tese (Bacharel em Ciências Econômicas) – Faculdade de Economia e Relações Internacionais, Ciências Econômicas, UFRGS. Porto Alegre, 2013, p. 1-58.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **História da agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003, p. 1-275.

MENEGHETTI, Gilmar Antônio; SOUZA, Sígla Regina. A agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento. **Revista Terceira Margem Amazônia**, São Paulo. Dezembro 2015, p. 35-57, vol.1, n.5. e-ISSN: 2238-7641.

NAVARRO, Zander. Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. In: **Revista de Política Agrícola**, v.19, n.esp., Jul, Brasília, 2010.

NUNES, S. P., **O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar**. Boletim eletrônico: Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais, nº 156, fev. 2007.

PRADO, Jr. Caio. **História Econômica do Brasil**. Brasiliense, Brasil, 3ª Ed. 2012, p. 1-280.

 **Atena**
Editora

2 0 2 0